

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026, ÀS 16:00HS

ÍNDICE

Informações exigidas segundo os Artigos 133 da Lei 6.404/76 e Resolução CVM 81/2022

Comentários da Administração - Conforme itens 2.1 aos 2.11 do formulário de referência (Art.10º, Inciso III da Resolução CVM nº 81/2022).	Página 3
Proposta da destinação do Lucro Líquido do Exercício - (Art.10º, parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/2022- indicadas no anexo A).	Página 12
Informações sobre candidatos a membros do Conselho de Administração – (Art.11º, Inciso I da Resolução CVM nº 81/2022, itens 7.3 aos 7.6 do formulário de referência).	Página 17
Informações sobre remuneração dos administradores (Art.13º, Inciso II da Resolução CVM nº 81/2022, itens 8.1 aos 8.20 do formulário de referência).	Página 23

Comentários da Diretoria sobre a Situação Financeira da Companhia do Exercício Social encerrado em 31/12/2025.
(Valores em Milhares de Reais)

(Conforme item 2 do Formulário de Referência da Resolução CVM 80/2022)

2. Comentários dos Diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2025 foi - como se imaginava pela dimensão da área plantada no Mercosul – desafiador para o mercado de arroz.

O preço médio do arroz em casca registrou queda expressiva em 2025, o que contribuiu para uma redução significativa da receita bruta da Companhia com reflexos em seus ganhos de escala.

O ambiente macroeconômico foi marcado por uma taxa de juros média da ordem de 15% ao ano, ante aproximadamente 11% no ano de 2024, elevando o custo financeiro dos financiamentos necessários à sustentação do capital de giro da Companhia.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2024/2025 apresentou uma produção de 12,8 milhões de toneladas, safra 21% maior quando comparada à de 2023/2024, pressionando severamente os preços praticados no mercado. O preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício caiu 36% - de R\$ 113 em 2024 para 72 em 2025 - segundo dados do CEPEA. As expectativas para a safra 2025/2026, mesmo com redução de 12% da área plantada no Brasil, indicam oferta acima de 11,1 milhões de toneladas, ainda que abaixo das 12,8 milhões da safra anterior, volume considerado elevado se comparado a 3 safras anteriores. O estoque de passagem projetado para a safra 25/26 permanece ainda muito próximo à máxima histórica, estimado em 1,9 milhões de toneladas, que seguramente manterá pressionado o nível de preço do arroz em 2026.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025 (R\$ Mil)	2024 (R\$ Mil)	Variação R\$ pp.
Vendas Brutas	1.940.757	2.385.271	-444.514
Vendas Líquidas	1.802.130	2.212.219	-410.089
Lucro Bruto	440.369	467.510	-27.141
% LB s/VL	24%	21%	3,30 p.p.
Ebitda	103.422	123.479	-20.057
% Ebitda s/VL	6%	6%	0,16 p.p.
Lucro Líquido controladores	11.876	23.540	-11.664
% LL s/VL	0,66%	1,06%	-0,41 p.p.

A margem bruta da Companhia foi de 24% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 440 milhões). A queda de escala do setor de grãos no Brasil e o desempenho do braço de fertilizantes e insumos agrícolas da empresa influenciaram diretamente as margens da Companhia no exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido da Companhia, considerando inclusive os financiamentos para investimentos, foi de R\$ 415 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 62,7 milhões, contra R\$ 59 milhões do ano anterior. O ambiente macroeconômico foi marcado por uma taxa de juros média da ordem de 15% ao ano, ante aproximadamente 11% no ano de 2024, elevando o custo financeiro dos

financiamentos necessários à sustentação do capital de giro da Companhia. Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 327 milhões. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com sua estratégia operacional.

A conjuntura de queda dos preços da matéria prima influenciou diretamente a margem e a rentabilidade da Companhia. O lucro líquido da Josapar no ano de 2025 atingiu R\$ 11,8 milhões (R\$ 1.222 pelo lote de 1.000 ações), enquanto em 2024 foi de R\$ 23,5 milhões (R\$ 2.225 pelo lote de 1.000 ações).

b. Estrutura de capital

A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras. O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados

A obra da nova unidade industrial de fertilizantes na cidade de Rio Grande encontra-se em franca execução, cujo financiamento na linha BNDES Emergencial havia sido contratado em dezembro de 2024. O início de operação desta unidade está previsto para o primeiro semestre de 2027. Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível. Ao final de 2025 foi contratada uma nova linha do BNDES, denominada Brasil Soberano, que passa a deixar o custo médio do capital de giro operacional da empresa mais baixo e leva a empresa a apresentar uma estrutura de endividamento mais equilibrada, com apenas 30% do total dos financiamentos classificados no curto prazo, provendo a empresa do volume de caixa suficiente para sustentar suas estratégias comerciais ao longo de 2026.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Moeda Interna		
Financiamentos para investimentos	1.397	1.870
Crédito Rural – recursos livres	17.272	127.409
Capital de giro	348.981	422.497
Total	367.650	551.776
Moeda estrangeira		
Capital de giro-FINIMP	34.891	93.126

Total	34.891	93.126
Total do circulante	402.541	644.902
<u>Passivo não circulante</u>		
Moeda Interna	31.12.2025	31.12.2024
Financiamentos para investimentos	54.040	14.472
Crédito Rural – recursos livres	67.659	20.990
Capital de giro	770.385	540.742
Total	892.084	576.204
Total do não circulante	892.084	576.204
Vencimentos de longo prazo	31.12.2025	31.12.2024
2026	-	365.244
2027	461.067	116.772
2028 a 2038	431.017	94.188
Total do não circulante	892.084	576.204

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa</u>	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	4,02%	a.a.
Investimentos BNDES Emergencial	Pré-fixado	2,35%	a.a.
Capital de Giro BNDES Emergencial	Pré-fixado	7,42%	a.a.
Capital de Giro – Brasil Soberano	Pré-fixado	3,92%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	6,40%	a.a.
Capital de Giro	CDI	1,96%	a.a.

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré-fixada de 2,35% a.a. a 7,42% a.a. Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós-fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval. A Companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 6.341 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário. A administração da Companhia destaca que a exposição passiva líquida advinda dessas operações de curto prazo em moeda estrangeira está atrelada a títulos em montantes e prazos equivalentes no contas a receber da empresa no segmento de insumos agrícolas, fazendo parte da sua estratégia de comercialização e proteção cambial (hedge natural).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações financeiras de resultado e de fluxo de caixa

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2025 com 2024 foram a redução do Contas a Receber e Fornecedores (queda de preços no exercício), o aumento do saldo de aplicações financeiras por conta do aumento da contratação de dívidas de longo prazo, reduzindo também o saldo da conta de financiamentos bancários no curto prazo.

2.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2025
Arroz Branco	52%
Arroz Parboilizado	9%
Produtos valor agregado	8%
Feijão	2%
Adubo	25%
Imóveis	3%
Outros	1%
Total	100%

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria prima do arroz, e sua variação no decorrer do exercício, e do valor das matérias primas de fertilizantes e seu repasse nos preços de venda.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação do faturamento bruto (R\$ 1,9 bilhão em 2025 contra R\$ 2,4 bilhão em 2024) é atribuída as variações do nível de preços do mercado arroz.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços). O câmbio pode incrementar ou retrain a competitividade das exportações e a taxa de juros influi diretamente no volume de despesa financeira da Companhia, que por estratégia operacional se mantém alavancada.

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações financeiras previstas nos campos 2.1 e 2.2

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão descritas a seguir:

- a) Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- b) Melhorias anuais nas normas IFRS – Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do “de facto agent” e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- c) Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das Demonstrações Financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.
- d) Emissão da norma IFRS 19 – Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as Demonstrações Financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- e) Emenda Constitucional nº 132/2023 – Reforma Tributária sobre consumo - A Emenda Constitucional nº 132/2023 instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, com a adoção de um modelo de IVA dual, composto pela CBS (federal) e pelo IBS (estadual e municipal), em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS, além da criação do Imposto Seletivo. A Companhia juntamente com seus consultores, iniciou de forma antecipada, as atividades de preparação para a implementação do novo regime, incluindo a revisão de processos, controles e sistemas, em linha com o cronograma de transição estabelecido pela legislação. Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras, uma vez que os tributos continuaram sendo apurados conforme a legislação vigente. Os efeitos contábeis da reforma serão reconhecidos prospectivamente, à medida que se tornarem aplicáveis conforme cronograma de transição, sendo que os impactos mais relevantes são esperados a partir de 01 de janeiro de 2027.
- f) Adoção dos Pronunciamentos IFRS S1 e IFRS S2 – Em julho de 2025, em atendimento à Resolução CVM nº 193/2023, conforme posteriormente alterada e complementada pelas Resoluções CVM nº 217, 218 e

219/2024 e nº 227/2025, a Companhia iniciou o processo de mapeamento, diagnóstico e levantamento das informações necessárias ao cumprimento dos requisitos de divulgação estabelecidos pelos pronunciamentos IFRS S1 e IFRS S2. De acordo com o cronograma regulatório vigente, as primeiras divulgações obrigatórias deverão contemplar as informações relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, com apresentação a partir de 2027. Com base nas avaliações preliminares realizadas até o momento, a Administração não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras ou na posição patrimonial e financeira da Companhia, considerando que os pronunciamentos IFRS S1 e IFRS S2 estabelecem, substancialmente, requisitos adicionais de divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade. A Companhia seguirá acompanhando a evolução das interpretações regulatórias e das melhores práticas de mercado, podendo revisar suas avaliações e estimativas à medida que o processo de implementação avance.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis:

CONSOLIDADO	2025	2024	2023	2022
EBITDA / LAJIDA MR\$	103.422	123.479	141.670	146.114
EBITDA / LAJIDA	6%	6%	7%	7%

b. Fazer conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas (em milhares de Reais)

CONSOLIDADO	2025	2024	2023	2022
Lucro Bruto antes do Resultado Financeiro	90.370	109.618	126.770	133.299
Depreciações e Amortizações do Permanente	13.052	13.861	14.900	16.015
EBITDA / LAJIDA	103.422	123.479	141.670	146.114

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Trata-se de uma forma de apresentação do desempenho econômico operacional da Companhia. O EBITDA/LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente. O EBITDA/LAJIDA não possui significado padronizado e a nossa definição de EBITDA/LAJIDA pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

A Administração da empresa entende não haver qualquer evento subsequente relevante a apresentar que influencie a tomada de decisão de investimento ou entendimento sobre as informações prestadas no Formulário.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

JOSAPAR	2025	2024	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.	Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado de acordo com O Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não houve	Não houve	Não houve
e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Conforme previsão estatutária	Conforme previsão estatutária	Conforme previsão estatutária

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
- ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iii. Contratos de construção não terminada**
- iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica a companhia, pois não há itens relevantes não evidenciados.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. Investimentos, incluindo:**

- i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 48 milhões (R\$ 8 milhões em 2024) e estão majoritariamente direcionados na transferência da unidade de fertilizantes da cidade de Pelotas-RS para a cidade de Rio Grande-RS, cujo financiamento sob a linha BNDES Emergencial, fora contratado ao final de 2024. O início de operação desta unidade está previsto para o primeiro semestre de 2027.

- ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através da geração de caixa operacional da companhia. Já a de investimentos previstos a fonte é advinda dos contratos de financiamento com o BNDES, citados no item anterior.

- iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 682 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

iii. Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item ii.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não há plano de negócios ASG formalmente instituído. A administração da companhia entende que toda e qualquer decisão estratégica de forma inerente traz consigo a avaliação dessas questões.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não se aplica a companhia, pois não há outros fatores que não os descritos na seção.

Proposta de destinação do Lucro Líquido da Companhia

A administração da companhia propõe para Assembleia Geral Ordinária de 2024, em conformidade com o Art.10º, parágrafo único, Inciso II da Resolução CVM nº 81/2022, (indicadas no anexo A), o que segue:

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido da Companhia, em 31/12/2025 foi de R\$ 11.876 mil. Deste montante R\$ 594 mil serão destinados para Reserva Legal.

Em 2024, o lucro líquido foi de R\$ 23.540 mil e deste montante R\$ 1.177 mil foram destinados para Reserva Legal.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O valor dos dividendos propostos é de R\$ 3.385 mil. Os dividendos propostos correspondem a R\$ 0,31944440161 por ação ordinária e R\$ 0,35138884177 por ação preferencial.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

A administração propõe a distribuição de 30% (trinta por cento) do lucro líquido, conforme previsão estatutária da companhia.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, não houve no decorrer do exercício.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor dos dividendos propostos é de R\$ 3.385 mil. Os dividendos propostos correspondem a R\$ 0,31944440161 por ação ordinária e R\$ 0,35138884177 por ação preferencial.

Dividendos antecipados: não há

Juros sobre o capital próprio já declarados: não há

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta da administração é que os dividendos do exercício de 31/12/2025, após aprovados pela Assembleia Geral Ordinária, sejam pagos até o término do exercício social em curso (31/12/2026).

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos no prazo acima, sem qualquer correção monetária e juros entre a data de sua aprovação e a data efetiva de pagamento.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Data da declaração de pagamento dos Dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito a seu recebimento será a data base acionária das negociações ex direitos será um dia útil posterior a data da realização da AGO, ou seja, os dividendos serão pagos aos acionistas que forem titulares de ações da Companhia no dia 30 de abril de 2026.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

	2025	2024	2023
a) Lucro líquido do exercício	R\$ 11.876 mil	R\$ 23.540 mil	R\$ 16.105 mil
b) Dividendos estatutários declarados AGO	R\$ 3.385 mil	R\$ 6.709 mil	R\$ 4.590 mil
Por ação ordinária	R\$ 0,31944440161	R\$ 0,63317817186	R\$ 0,43318699401
Por ação preferencial	R\$ 0,35138884177	R\$ 0,69649598905	R\$ 0,47650569341
Dividendo declarado AGE	-	-	-
Por ação ordinária	-	-	-
Por ação preferencial	-	-	-
Lucro destinado à Reserva Legal	R\$ 594 mil	R\$ 1.177 mil	R\$ 805 mil
Forma de cálculo da Reserva Legal	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social	Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O lucro líquido da Companhia, em 31/12/2025 foi de R\$ 11.876 mil. Deste montante R\$ 594 mil serão destinados para Reserva Legal.

Em 2024, o lucro líquido foi de R\$ 23.540 mil e deste montante R\$ 1.177 mil foram destinados para Reserva Legal.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Regra sobre retenção de lucros:

Reserva Legal de 5% sobre o lucro líquido não excedendo 20% do Capital Social; e reserva de capital de giro de 70% do lucro líquido ajustado conforme Art.202 da Lei 6.404/76, observando o limite de 80% do Capital Social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos (regras de cálculo e distribuição):

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Dividendos mínimos de 30% do lucro ajustado* de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro ajustado do exercício.

*Lucro ajustado: após o cômputo dos 5% destinados à Reserva Legal

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela não paga.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Informado na tabela do item 7.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Informado na tabela do item 7.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Respondido pelo item 3.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim

c. Informar o montante eventualmente retido

Respondido pelo item 7.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não houve retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não houve destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Descrita no item 8 b.

b. Informar o montante destinado à reserva

R\$ 7.897 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

É o valor excedente à reserva legal e aos dividendos aprovados (Lucro líquido, descontado reserva legal e dividendo aprovado).

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**a. Informar o montante destinado à reserva**

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Informações sobre candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia

Fixação da remuneração global dos administradores para o exercício de 2026.

A administração propõe que a remuneração global dos administradores para o exercício de 2026 seja fixada no montante global de até R\$ 19.500.000,00.

Eleição para os membros do Conselho de Administração

Os acionistas controladores informaram a administração da companhia que será proposto a Assembleia Geral Ordinária a eleição dos membros para o Conselho de Administração, a saber:

Augusto Lauro de Oliveira Júnior – Presidente do Conselho

Luciano Adures de Oliveira – Vice Presidente do Conselho

Ary Teixeira de Oliveira – Conselheiro

Sérgio Martins de Oliveira – Conselheiro

Jorge Alberto Zugno - Conselheiro

Carlos Eduardo Lobato - Conselheiro

Informações sobre candidatos a membros do Conselho de Administração da Companhia

Conforme (Art.11º, Inciso I da Resolução CVM nº 81/2022, itens 7.3 aos 7.6 do formulário de referência).

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela

Os acionistas controladores da Companhia informaram a administração da companhia que será proposto a Assembleia Geral Ordinária de 2026 a eleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração, a saber:

Nome:	AUGUSTO LAURO DE OLIVEIRA JÚNIOR	CPF:	207.412.940-87	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	14/11/1957
Experiência Profissional:	Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Presidente do C.A. e Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores	Não há	01/05/2026	Sim	28/04/2006
Condenações:							
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação						
N/A							

Nome:	LUCIANO ADURES DE OLIVEIRA	CPF:	400.874.250.68	Profissão:	Engenheiro Civil	Data de Nascimento:	23/03/1964
Experiência Profissional:	Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.						
Órgãos da Administração:							

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Vice Presidente C.A. e Diretor Presidente	Não há	01/05/2026	Sim	28/04/2006
Condenações:							
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação						
N/A							

Nome:	ARY TEIXEIRA DE OLIVEIRA	CPF:	007.257.060-15	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	11/05/1940
Experiência Profissional:	Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)	Não há	01/05/2026	Sim	28/04/2006
Condenações:							
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação						
N/A							

Nome:	SERGIO MARTINS DE OLIVEIRA	CPF:	237.291.630-00	Profissão:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	22/02/1955
Experiência Profissional:	Exerceu nos últimos 5 anos diversos cargos no Conselho ou Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato

Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)	Não há	01/05/2026	Sim	28/04/2006
Condenações:							
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação						
N/A							

Nome:	JORGE ALBERTO ZUGNO	CPF:	184.455.600-00	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	07/10/1953
Experiência Profissional:	Exerceu nos últimos 5 anos cargos no Conselho de Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)	Não há	01/05/2026	Sim	28/04/2020
Condenações:							
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação						
N/A							

Nome:	CARLOS EDUARDO F LOBATO	CPF:	285.713.390-15	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	01/01/1952
Experiência Profissional:	Exerceu nos últimos 5 anos cargos no Conselho de Administração da Cia e/ou controlada; informa não haver qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processos administrativos da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado (esfera judicial ou administrativa) que tenha suspenso ou inabilitado sua prática de atividade profissional ou comercial.						
Órgãos da Administração:							
Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2026	1 ano	Conselho de Administração (Efetivo)	Não há	01/05/2026	Sim	28/04/2017
Condenações:							
Tipo de Condenação	Descrição da Condenação						
N/A							

Não constará no edital de convocação a eleição do conselho fiscal. Os Acionistas controladores informaram a administração da companhia que não irão solicitar sua instalação. Caso algum acionista minoritário exerça seu direito legal de solicitar sua instalação, os Acionistas controladores informaram que exercerão seu direito de indicar os respectivos membros.

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não se aplica a companhia, não há outros comitês.

7.5 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor

Não há.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não há.

7.6 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

7.7 Acordos/seguros de administradores

A companhia mantém um contrato de seguro de Responsabilidade Civil de seus administradores (D&O - Directors and officers), com o valor de cobertura limitado a R\$ 10 milhões, prêmio de R\$ 17 mil.

7.8 Outras informações relevantes

A companhia entende não haver outras informações relevantes que não as apresentadas nessa seção.

Informações sobre a Remuneração dos Administradores

Art.13º, Inciso II da Resolução CVM nº 81/2022, itens 8.1 aos 8.2 do formulário de referência.

(Valores em Milhares de Reais)

8. Remuneração dos administradores

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A política de remuneração tem como objetivo o reconhecimento das competências e valores desenvolvidos pelos profissionais em atendimento as exigências da companhia e seguem os padrões de mercado.

- b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**
- i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.**

Não se aplica.

- ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.**

A remuneração da Administração (Conselho de Administração e Diretoria) é fixada em sua totalidade pela Assembleia Geral Ordinária.

- iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

Em periodicidade anual, dentro dos valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

c. Composição da remuneração, indicando:

- i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**
- Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

Conselho de Administração

Apenas um membro do Conselho de Administração possui remuneração fixa mensal, os demais conselheiros recebem a sua remuneração através de jetons (através da participação em reuniões do conselho de administração).

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os membros da diretoria recebem honorários fixos mensais dentro dos padrões de mercado. Os membros da diretoria podem também receber remuneração variável através de gratificações e participação nos resultados da empresa, como forma de premiar o atingimento de metas estabelecidas.

Conselho Fiscal

A remuneração de cada membro do conselho fiscal, quando instalado pela Assembleia Geral, é de 10% da remuneração média da diretoria da companhia.

- **Sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Exercício 2025	Remuneração dos Administradores
% sobre remuneração total da Companhia	11%

Exercício 2024	Remuneração dos Administradores
% sobre remuneração total da Companhia	12%

Exercício 2023	Remuneração dos Administradores
% sobre remuneração total da Companhia	15%

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Os valores da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do valor estabelecido pela Assembleia Geral Ordinária.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões AS**

A remuneração fixa não possui indicadores de desempenho específicos, pois são utilizados valores de referências de mercado. Já a remuneração variável está atrelada a indicadores e desempenhos, sendo os principais: vendas, margem bruta, margem operacional, EBITDA, lucro líquido.

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração é a busca de um equilíbrio através da remuneração fixa e renda variável.

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há

d. Existência de remuneração suportada por subsidiária, controladas ou controladores diretos ou indiretos ou indiretos

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Previsão 2026	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Numero de membros	6	4	0	10
Remuneração fixa anual				
- Honorários	R\$ 1.265	R\$ 5.797	0	R\$ 7.062
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual	N/A	N/A	N/A	N/A
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados / gratificações	N/A	R\$ 12.438	N/A	R\$ 12.438
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	R\$ 1.265	R\$ 18.235	N/A	R\$ 19.500

Obs. Caso for instalado o Conselho Fiscal a remuneração individual de cada membro deste órgão será de 10% da média da remuneração fixa da Diretoria. Obs. (1) Na remuneração do Conselho de Administração apenas um conselheiro possui remuneração mensal fixa.

Exercício 2025 - em MR\$	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	4	0	10
Remuneração fixa anual				
- Honorários	R\$ 527	R\$ 4.654	R\$ 0	R\$ 5.181
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual	N/A	N/A	N/A	N/A
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados / gratificações	N/A	R\$5.272	N/A	R\$ 5.272
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	R\$ 527	R\$ 9.926	R\$ 0	R\$ 10.453

Exercício 2024 - em MR\$	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	4	0	10
Remuneração fixa anual				
- Honorários	R\$ 499	R\$ 4.645	R\$ 0	R\$ 5.144
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual	N/A	N/A	N/A	N/A
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados / gratificações	N/A	R\$ 6.770	N/A	R\$ 6.770
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	R\$ 499	R\$ 11.415	R\$ 0	R\$ 11.914

Exercício 2023 - em MR\$	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Numero de membros	6	4	0	10
Remuneração fixa anual				
- Honorários	R\$ 476	R\$ 4.430	R\$ 0	R\$ 4.906
- Benefícios diretos e indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
- Remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Variável Anual	N/A	N/A	N/A	N/A
- Bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
- Participação nos resultados / gratificações	N/A	R\$ 7.520	N/A	R\$ 7.520
- Remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
- Outros	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios pós-empregos	N/A	N/A	N/A	N/A
Benefícios motivados pela cessão do exercício cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
Remuneração Baseada em Ações	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	R\$ 476	R\$ 11.950	R\$ 0	R\$ 12.426

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Previsão 2026				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	4	-	4
Nº total de membros remunerados	-	4	-	4
Esclarecimento	N/A		N/A	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	12.438	-	12.438
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	4	-	4
Nº total de membros remunerados	-	4	-	4
Esclarecimento	N/A		N/A	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS	N/A		N/A	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.800	-	11.800
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	5.272	-	5.272
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	4	-	4
Nº total de membros remunerados	-	4	-	4
Esclarecimento	N/A		N/A	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS	-	-	-	-
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.800	-	11.800
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas	-	-	-	-

estabelecidas fossem atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	6.770	-	6.770
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

Exercício Social: 31/12/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	-	4	-	4
Nº total de membros remunerados	-	4	-	4
Esclarecimento	N/A		N/A	-
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.800	-	11.800
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	7.520	-	7.520
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	-	-	-	-

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

8.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica a companhia, pois não há opções em aberto.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica a companhia, pois não há opções em aberto.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

8.9 Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

Não se aplica a companhia.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica a companhia.

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica a companhia, pois não há tal remuneração.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

Não se aplica a companhia, pois não há previsão desta forma de remuneração.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

JOSAPAR	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	1,91%	0,01%	0%
PREFERENCIAIS	0%	0%	0%

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não se aplica a companhia, pois não há planos de previdência privada.

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

Exercício 2025	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	6	4	-
Número de membros remunerados	1	4	-
Valor máximo de remuneração individual	527.000,00	2.036.877,53	0,00
Valor mínimo de remuneração individual	527.000,00	1.018.438,83	0,00
Valor médio de remuneração individual	527.000,00	1.527.658,18	0,00

Obs. Na remuneração do Conselho de Administração apenas um conselheiro possui remuneração mensal fixa, conforme já descrito no item 8.1

Exercício 2024	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	6	4	-
Número de membros remunerados	1	4	-
Valor máximo de remuneração individual	499.000,00	1.926.639,93	0,00
Valor mínimo de remuneração individual	499.000,00	963.320,01	0,00
Valor médio de remuneração individual	499.000,00	1.444.979,97	0,00

Obs. Na remuneração do Conselho de Administração apenas um conselheiro possui remuneração mensal fixa, conforme já descrito no item 8.1

Exercício 2023	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	6	4	-
Número de membros remunerados	1	4	-
Valor mínimo de remuneração individual	476.000,00	918.904,14	0,00
Valor máximo de remuneração individual	476.000,00	1.837.808,28	0,00
Valor médio de remuneração individual	476.000,00	1.378.356,21	0,00

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há qualquer dispositivo adicional que não o detalhado no item 7.7.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

8.18 Remuneração - Outras funções

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não se aplica a companhia, pois não há tal disposição.

8.20 Outras informações relevantes

Não há informações adicionais relevantes.